



O que está sendo feito?

1. Pacto federativo e nota informativa do MS sobre uso de medicamento para tratamento da covid-19 são temas de reunião para resolução de conflitos



A construção de um Pacto Federativo Humanitário para permitir a gestão centralizada e estabelecer critérios de distribuição de respiradores, equipamentos e remédios necessários ao combate à covid-19 foi um dos assuntos discutidos nesta quinta-feira (4) na 6ª reunião para resolução extrajudicial de conflitos decorrentes da pandemia. Os integrantes da

coordenação finalística do Giac participaram do encontro organizado pela Casa Civil da Presidência da República. A reunião teve a presença também de representantes da Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional de Justiça, Ministérios da Saúde e da Cidadania, Caixa Econômica Federal, entre outros órgãos e instituições.

O pacto surgiu como forma de coordenação da distribuição de respiradores e outros insumos aos entes federativos, assegurando o fornecimento de acordo com as necessidades mais prementes. O documento deverá trazer critérios claros para gestão nacional dos equipamentos e será assinado pela União, governadores, secretários de Saúde, Ministério Público e Poder Judiciário. Na avaliação de Célia Regina de Souza Delgado, coordenadora finalística do Giac, o instrumento pode representar um grande avanço nas ações de enfrentamento da pandemia. A proposta segue a linha defendida pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, no parecer na ADI 6263, enviado ontem ao Supremo. A partir da próxima semana, devem acontecer reuniões com governadores e procuradores-gerais de Justiça, sob a coordenação da Casa Civil, para tratar dos termos do acordo.



Na reunião, Célia falou também sobre os debates em torno da legalidade da nota informativa do Ministério da Saúde que orienta o uso precoce da cloroquina no tratamento da covid-19, que já é alvo de ações. Para esclarecer as dúvidas sobre o tema, o Giac participou de várias reuniões com médicos e especialistas nos últimos dias, e Célia colocou as gravações à disposição dos interessados, especialmente CNJ e AGU, já que o tema deve ser enfrentado na Justiça.

Outros assuntos discutidos na reunião foram o pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial, melhorias no sistema utilizado e formas de assegurar que os mais vulneráveis recebam o benefício, o mapeamento das cidades que decretaram lockdown (ainda em andamento).

2. MPT garante proteção de 170 mil trabalhadores do setor frigorífico

O Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio do Projeto Nacional de Adequação do Meio Ambiente do Trabalho em Frigoríficos, já assegurou medidas de proteção à saúde de 170 mil trabalhadores do setor no período da pandemia. Até o momento, foram firmados termos de ajuste de conduta (TACs) que abrangem 78 unidades frigoríficas no país, tanto das maiores empresas do setor como de empresas de médio e pequeno porte. As indústrias de abate e processamento de carne brasileiras vêm dialogando com o MPT para definir medidas técnicas disponíveis ao enfrentamento da Covid-19 no setor, incluindo BRF S.A, Marfrig Global Foods e Aurora Alimentos S.A, que já pactuaram medidas para proteger os trabalhadores. [Leia mais.](#)

3. MPF e MPRJ acompanham reabertura socioeconômica de Petrópolis pós-quarentena

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) se reuniram por videoconferência nessa quarta-feira (3) com representantes da Prefeitura de Petrópolis para acompanhar o Plano de Retomada das Atividades Econômicas do município, que previa para a próxima segunda-feira (8) a segunda fase de reabertura, chamada de linha amarela. Durante o encontro, os representantes do município informaram



que a prefeitura acatou as recomendações propostas pelo MP, entre as quais a que prevê prazo mínimo de 14 dias de intervalo entre as etapas da retomada de atividades socioeconômicas, considerando o período de incubação do vírus. [Leia mais.](#)

4. Campanha arrecada mais de 20 mil EPIs para a saúde indígena no Mato Grosso do Sul

A campanha lançada pelas Defensorias Públicas da União e do Estado de Mato Grosso do Sul, o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Corpo de Bombeiros Militar e o Ministério Público Federal (MPF) conseguiu arrecadar até agora 20.950 unidades dos mais diversos e essenciais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Foram doados protetores faciais, máscaras em TNT, máscaras cirúrgicas e máscaras reutilizáveis. Os equipamentos recebidos diretamente pelo MPF foram entregues para o Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (Dsei/MS), responsável pelo atendimento da segunda maior população indígena do país, com cerca de 80 mil pessoas. Os equipamentos recebidos pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul foram distribuídos para a atenção à saúde indígena em Dourados e região. Equipamentos arrecadados pelo Corpo de Bombeiros Militar ainda serão distribuídos. [Leia mais.](#)

5. MPCE passa orientações para gestores de unidades de acolhimento de idosos em Caucaia

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) realizou videoconferência para passar orientações aos gestores das instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) do Município de Caucaia (CE), discutindo as medidas necessárias em época de pandemia. Entre os encaminhamentos, ficou definido que será realizado um plano unificado de atuação conjunta intersetorial entre a saúde mental, a atenção primária da saúde, a vigilância sanitária, a assistência social e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Caucaia, com fluxos e de procedimentos bem definidos da ação de cada um nesse momento de pandemia. O objetivo é assegurar a saúde dos idosos atendidos em serviços de acolhimento. [Leia mais.](#)